

Prefácio

Para onde vai o mundo depois da crise financeira global? Terminaram os 30 anos neoliberais? Podemos pensar em um novo capitalismo? Mais limitadamente, é verdade que o centro econômico do mundo está mudando para a Ásia? E, em um plano ainda mais limitado, é possível esperar que depois dessa crise do centro capitalista hegemônico e da teoria econômica ortodoxa, neoclássica, que serviu de legimitação para o neoliberalismo, o Brasil volte a se livrar da dependência e defina uma estratégia nacional de desenvolvimento que lhe assegure taxas de crescimento maiores do que as dos países ricos? Essas questões são discutidas neste livro. Naturalmente, apenas algumas serão respondidas, e sempre de forma parcial. Entretanto, é muito provável que a crise financeira global de 2008 se transforme em um marco da história contemporânea. Depois da Grande Depressão dos anos 1930 e da II Guerra Mundial, entre 1949 e 1978 assistimos aos “30 anos dourados do capitalismo”, aos anos keynesianos e do acordo de Bretton Woods, nos quais as economias capitalistas cresceram de forma acelerada, com estabilidade, e logrando mesmo alguma distribuição de renda. Entretanto, uma modesta desaceleração econômica ocorrida nos anos 1970 foi suficiente para que o liberalismo voltasse a dominar o mundo com nova força e vivêssemos em seguida os “30 anos neoliberais do capitalismo” (1979–2008), que, ao que tudo indica, foram encerrados com a crise global de 2008. Essa crise consolidou a tendência à mudança do centro do mundo para a Ásia. Os Estados Unidos continuam, naturalmente, a ser a maior potência econômica, mas o dinamismo econômico mundial está na Ásia, nos Tigres Asiáticos — Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong —,

nos novos Tigres — Malásia, Tailândia, Indonésia e Vietnã —, e nos dois gigantes asiáticos: China e Índia.

A estratégia nacional de desenvolvimento desses países, o novo desenvolvimentismo, está baseada em um tripé: responsabilidade cambial, responsabilidade fiscal e papel estratégico do Estado. Na grande competição, não só entre empresas, mas também entre Estados-nações, que é a globalização, o novo desenvolvimentismo é claramente o caminho que os demais países de renda média como o Brasil devem seguir se quiserem gradualmente alcançar os níveis de renda dos países ricos. É o caminho para a estabilidade financeira acompanhada de crescimento. Não podemos repetir a nossa própria experiência de crescimento acelerado dos anos 1930-1980 — quando tínhamos o nacional-desenvolvimentismo como estratégia de desenvolvimento —, assim como também não podemos simplesmente transferir para o Brasil o novo desenvolvimentismo. Mas podemos adaptá-lo às nossas circunstâncias. O certo é que ficamos presos a uma ideologia neoliberal e a uma teoria econômica neoclássica — ambas baseadas no pressuposto de mercados autorregulados e na proposta do Estado mínimo — é um erro. Nos países em desenvolvimento, os 30 anos neoliberais se refletiram no Consenso de Washington, cujos resultados foram baixo crescimento, aumento da desigualdade e uma sucessão de crises financeiras que culminaram com a crise global de 2008. Dois anos depois, os países ricos já saíram tecnicamente da recessão, mas, como a crise esteve associada a um grande endividamento das famílias, das empresas e dos bancos, e como, para fazer frente à crise, os Estados tiveram que promover uma grande expansão fiscal e também se endividar, agora a recuperação econômica está limitada pela preocupação de todos em diminuir suas dívidas, em corrigir seus balanços patrimoniais. Portanto, para os países ricos não está havendo, e provavelmente não haverá por um bom tempo, uma demanda sustentada capaz de fazê-los crescer a taxas satisfatórias.

A crise já foi superada pelos países de renda média dinâmicos, principalmente pelos dois mais populosos do mundo — a China e a Índia —, porque sua estratégia de crescimento estava baseada na poupança interna. Não estavam, portanto, endividados no plano internacional. E também no plano interno o endividamento era pequeno. No caso do Brasil, o grau de

endividamento era também pequeno, mas não por causa de uma estratégia nacional de desenvolvimento, mas porque, no plano externo, o aumento dos preços das *commodities* a partir do início dos anos 2000 assegurou amplos superávits comerciais para o país e, no plano interno, o endividamento das famílias e das empresas estava e continua estando limitado por taxas de juros muito altas. O segredo dos países asiáticos dinâmicos foi sua autonomia nacional, foi sua estratégia nacional baseada em taxas de câmbio competitivas e na industrialização. Esses países ignoraram a hegemonia neoliberal ocorrida a partir de 1980 em todo o mundo e continuaram a neutralizar a tendência à sobrevalorização da taxa de câmbio neles existente (na verdade, existente em todos os países em desenvolvimento) e, assim, puderam aproveitar sua mão de obra barata para exportar bens manufaturados e serviços de informática cada vez mais sofisticados.

Por sua vez, os países produtores de *commodities*, como é o caso do Brasil, beneficiaram-se do aumento dos preços internacionais devido ao crescimento da demanda dos países asiáticos dinâmicos, e também apresentaram taxas de crescimento maiores do que as dos países ricos, mas menores do que as dos países asiáticos e sem o mesmo caráter sustentado. Está claro, porém, que um crescimento baseado em *commodities* não é sustentável, pois limita o país a um nível baixo de sofisticação tecnológica e, em consequência, de desenvolvimento econômico. A alternativa que o Brasil adotou entre 1930 e 1980, quando apresentou taxas extraordinárias de crescimento, e que os países asiáticos dinâmicos continuam a adotar para crescer aceleradamente, baseia-se em uma taxa de câmbio competitiva, de equilíbrio industrial, ou seja, baseia-se na neutralização da doença holandesa pela administração da taxa de câmbio para que esta garanta a competitividade das empresas industriais do país que usam tecnologia no estado da arte mundial. O crescimento com base na produção e na exportação de *commodities* só faz sentido em uma fase inicial do desenvolvimento, porque através desse bem o país pode fazer a acumulação de capital primitiva ou original necessária para a subsequente revolução capitalista e industrial. Superado esse estágio de desenvolvimento, manter o país especializado em *commodities* deixa-o vulnerável à alta volatilidade de preços desses bens e a crises financeiras frequentes. Além disso, embora a produção de *commodities*

envolva uma crescente sofisticação tecnológica, que conduz a maiores salários e a desenvolvimento econômico, a sofisticação potencial na área de mineração e do agronegócio continua a ser muito menor do que a sofisticação potencial na indústria e nos serviços de informática.

Este livro discute a crise econômica global, a mudança do centro econômico do mundo em direção ao Oriente e as implicações disso tudo para o Brasil — um país que cresceu mais, não porque tenha sabido administrar bem sua taxa de câmbio, mas porque se beneficiou dos preços das *commodities*. O livro está dividido em três partes, que correspondem a esses três pontos. Na primeira parte, o capítulo 1, de Luiz Carlos Bresser-Pereira, faz uma análise da crise global. Essa grande crise financeira bancária foi consequência do processo de financeirização, da criação maciça de riqueza financeira fictícia, iniciada na década de 1980, e da hegemonia de uma ideologia reacionária, o neoliberalismo, baseada em mercados autorregulados e eficientes. Embora o capitalismo seja intrinsecamente instável, as lições aprendidas com o *crash* da bolsa de 1929 e a Grande Depressão da década de 1930 transformaram-se em teorias e instituições ou regulações que levaram aos “30 anos dourados do capitalismo” (1949-1978) e que poderiam ter evitado uma crise financeira tão profunda quanto a atual. Não o fizeram porque uma coalizão de rentistas e “financistas” conquistou a hegemonia e, enquanto desregulava as operações financeiras existentes, recusou-se a regular as inovações financeiras que tornaram esses mercados ainda mais arriscados. A economia neoclássica agiu como uma metaideologia ao legitimar, matematicamente e “cientificamente”, a ideologia neoliberal e a desregulação. Dessa crise emergirá um novo capitalismo, embora sua natureza seja de difícil previsão. Não será financeirizado, mas serão retomadas as tendências presentes nos 30 anos dourados do capitalismo (1949-1978) em direção ao capitalismo global e baseado no conhecimento, além da tendência de expansão da democracia, tornando-a mais social e participativa.

O capítulo 2, de Roberto Lavagna, argumenta que a saída da crise requer uma nova abordagem conjunta do funcionamento do sistema antes que os desajustes econômicos e sociais se transfiram conflitantemente para o campo político interno e/ou para o plano das relações internacionais.

Essa saída requer uma combinação justa de inovação num mundo global, novas regulamentações consentidas pelas partes e uso coordenado de instrumentos surgidos no mundo após 1930 e a II Guerra Mundial. Coordenar os incentivos fiscais reais, o nível e a circulação do crédito; reabsorver os maus créditos; regulamentar bancos, intermediários e agências classificadoras de risco; evitar o protecionismo e impedir um *crowding out* adverso aos países em desenvolvimento são certamente alguns passos da tarefa de reparação. Mas, além disso, será essencial definir a “escala” justa dos aportes fiscais; o projeto das medidas heterodoxas necessárias e os “tempos” de definição e execução.

Finalmente, no capítulo 3, o último da primeira parte, Leda Maria Paulani oferece uma interpretação marxista da crise e de suas consequências. Segundo a professora da USP, se é a realização plena da lógica do capital que parece estar na raiz da intensidade e da profundidade da presente crise, parece forçoso concluir que não será simples sua resolução. Como a roda da história não gira para trás, parece impossível que se volte ao estágio do capitalismo dos “30 anos de ouro” que ocorreu em seguida à II Guerra Mundial, por mais que se procure agora colocar a tranca na porta, vale dizer, regular o sistema financeiro. A riqueza financeira cresceu explosivamente nos últimos 30 anos e, por mais que as próprias crises tenham feito seu papel queimando parte desse capital, seu volume e a velocidade de seu crescimento continuam suficientemente fortes para jogar por terra qualquer tentativa de criar um invólucro institucional em que ela se comporte de modo mais civilizado.

A segunda parte começa com o capítulo 4, de Amaury Porto de Oliveira, no qual o diplomata e profundo conhecedor dos países do Leste analisa historicamente a mudança do equilíbrio global. Para ele, a visão da Ásia como o novo centro econômico do mundo decorre do colossal endividamento dos EUA diante do Japão, da China e dos países petrolíferos do golfo Pérsico. Nas mais de três décadas desde os anos 1970 até a “ater-rissagem em catástrofe” do sistema financeiro global em 2008, os Estados Unidos seguiram financiando gastos gigantescos com a manutenção da sua projeção imperial através da venda de obrigações do Tesouro norte-americano a outros países. Uma grande sacudida geopolítica está em curso,

forçando as placas tectônicas do poder mundial a buscar novos equilíbrios em decorrência principalmente do crescimento acelerado da China e da Índia, que, juntas, representam 37,5% da população mundial. No último livro de Giovanni Arrighi, *Adam Smith em Pequim* (2008), a tese central é de que está cabendo à China liderar o mundo, como nem a Inglaterra nem os EUA foram capazes de fazer, em direção a uma sociedade de mercado baseada na crescente equalização das civilizações que convivem no planeta.

Renato Amorim apresenta, no capítulo 5, uma visão fascinante do incrível desenvolvimento tecnológico e industrial que está ocorrendo na China. Ele começa apresentando com cores fortes e vivas as reações do Brasil e de vários países ocidentais à ascensão chinesa — reações que têm variado do deslumbramento com as perspectivas comerciais ao temor pela competição com cadeias produtivas nacionais. Compreender os fundamentos da competitividade chinesa é essencial para a formulação de respostas adequadas em políticas públicas e estratégias empresariais. Essencialmente, o dinamismo do país decorre de três décadas de abertura da economia, adoção consistente de mecanismos de mercado na gestão econômica e progressivo abandono da planificação estatal. Entre outros efeitos, a emergência da China aprofunda e acelera a globalização econômica, o que força rearranjos produtivos globais e induz mudanças estruturalmente importantes no horizonte da competição industrial.

Luiz Awazu Pereira da Silva, que ainda trabalhava no Banco Mundial quando do 6º Fórum de Economia da FGV, discute a questão central debatida por todos: a mudança do centro econômico do mundo para a Ásia. Essa mudança, argumenta ele, está ocorrendo em todos os critérios: o do crescimento, o da participação no comércio internacional, o da conta-corrente e o de credor líquido. Entretanto, ele não está convencido de que a Ásia e, em particular, a China serão o centro do mundo, porque vê fraquezas no modelo exportador, em especial uma excessiva dependência do mercado consumidor norte-americano. A crise provocará uma redução no crescimento de todos os países e obrigará os países asiáticos a reequilibrarem suas fontes de demanda. Países de renda média como o Brasil sofrerão a forte competição chinesa nos setores tecnologicamente mais sofisticados.

A segunda parte do livro termina com “uma abordagem chinesa”, a do professor da Universidade de Pequim e da Universidade do Texas, Ping Chen. Além de economista, ele é um físico evolucionista que estuda criticamente a economia e que acabou de lançar nos Estados Unidos um livro nessa confluência. Para ele, a teoria econômica ortodoxa e o Consenso de Washington não conseguiram reconhecer as necessidades do mundo em desenvolvimento e os limites do modo ocidental de industrialização. Nas últimas três décadas, a China experimentou uma nova abordagem com autodeterminação, mente aberta para o aprendizado, experiências descentralizadas e uma reforma de duas vias (*dual track*), para simultaneamente atingir um crescimento de alta velocidade, estabilidade social e parceria internacional no desenvolvimento pacífico. Uma análise histórica do crescimento econômico mostra que a Europa e os Estados Unidos lideraram o mundo antes de 1950, mas esse papel coube ao Japão entre 1950 e 1973 e à China entre 1973 e 2008. A União Soviética e o Leste europeu saíram-se ainda melhor do que os países da Europa ocidental, que cresceram bastante desde o final da II Guerra Mundial até 1973, mas a partir daí se autodestruíram.

Ping argumenta que a China se desenvolveu segundo o “Consenso de Pequim” (uma expressão inicialmente sugerida pelo jornalista J. C. Ramo). Esse consenso está baseado em três pontos: primeiro, o valor da inovação. A estratégia de desenvolvimento não deve ser a tecnologia obsoleta (cabos de cobre), mas a inovação de ponta (fibras óticas) para criar a mudança que se move mais rapidamente do que os problemas que cria. Isso foi verdade no caso das telecomunicações, mas não exatamente no da tecnologia agrícola. A chave é descobrir a tecnologia adequada ao experimento de duas vias, não necessariamente todas as inovações de ponta. Segundo, o foco está na qualidade de vida e no gerenciamento do caos. Isso exige um modelo de desenvolvimento com sustentabilidade e igualdade. Terceiro, o Consenso de Pequim contém uma teoria de autodeterminação, ou seja, implica o nacionalismo econômico.

A China também tem uma longa história de governos centralizados com burocratas instruídos, o que era considerado outra grande barreira à democracia e à política do *laissez-faire*. Por que, pergunta Ping Chen, es-

sas barreiras ao desenvolvimento subitamente se transformaram em forças motoras da economia chinesa? O segredo está na autodeterminação. Em suas palavras: “Nenhum líder chinês tinha a fantasia do presidente russo Boris Yeltsin, que especulou que assim que ele desmantelasse o Partido Comunista a Rússia poderia aderir à Otan e receber ajuda maciça do Ocidente. A China nunca tentou, pois já tinha aprendido as dolorosas lições das ajudas externas dos ingleses, japoneses e soviéticos, que sempre cobravam um preço de uma economia dependente”. Na autodeterminação e em nove princípios: i) primeiro encontrar oportunidades de crescimento para depois fazer reformas ousadas; ii) o sistema de duas vias (*dual track*) é necessário para a estabilidade e a inovação (na maior parte da economia, o sistema existente é mantido em funcionamento para fins de estabilidade social; em poucos setores ou nas chamadas zonas econômicas especiais, todo tipo de inovação é experimentado com riscos limitados, confinados a uma dada região); iii) há uma clara divisão de trabalho entre governos centrais e governos locais; iv) a liderança é mais importante do que o capital, os recursos e a infraestrutura no desenvolvimento regional; v) as economias mistas proporcionam os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento e a reforma (a maior parte da população da China é de camponeses; caso se privatizasse a terra como nos países capitalistas haveria um grande imposto de bem-estar social que logo levaria o governo à falência); a China desenvolveu Pudong, uma nova Xangai, em apenas uma década sem emitir muitas dívidas: todos os projetos de reestruturação da cidade são financiados pela venda do direito de uso de terras públicas; vi) a disciplina chinesa baseia-se na competição em todos os níveis, não em freios e contrapesos por grupos de interesses no estilo ocidental (há uma imagem disseminada de que o rápido desenvolvimento da China se realiza sob um governo autoritário, sem freios e contrapesos, mas isso está longe da verdade); há uma feroz competição aberta entre os servidores públicos sobre inovação e experimentos; em qualquer nível, a decisão é tomada por consenso coletivo, não por poder pessoal; a democracia da China não é competição por palavras; vii) há uma nova parceria coordenada entre governos, empresários, trabalhadores e agricultores; viii) os governos podem criar mercado e orientar o mercado, mas não podem ser conduzidos pelo

mercado (a não intervenção do Estado só é a melhor opção se o processo político não puder impedir a captura do governo pelos grupos especiais de interesse; os economistas ocidentais não entendem por que os governos chineses liberalizam lentamente a taxa de juros, a taxa de câmbio e até a entrada de investimento externo direto; a lógica é simples: proteger a indústria nascente para que ela possa se concentrar no avanço tecnológico); e ix) a trajetória da China deve se concentrar no desenvolvimento do país, sem se distrair com perturbações externas.

Na terceira parte do livro temos a análise da resposta brasileira à crise. O empresário Paulo Cunha abre o debate com uma visão ampla da economia mundial. Para ele, existe hoje uma situação insustentável: a divisão do mundo entre países com superávits comerciais estruturais e correspondentes saldos positivos em suas contas-correntes — China, Alemanha, Japão e Coreia do Sul —, que aumentaram muito entre 2000 e 2008, e países com déficits comerciais estruturais e correspondentes saldos negativos em contas-correntes — EUA, Reino Unido e Espanha —, cuja situação se agravou fortemente também entre 2000 e 2008. O Brasil foi menos atingido pela crise. Entre as características que contribuíram para isso estão: a) baixa exposição ao mercado internacional, o que, é bom lembrar, é uma característica que compartilhamos com os EUA, *locus* original da crise; b) baixa relação crédito/PIB (cerca de 40%); c) baixo endividamento das famílias; d) baixo financiamento imobiliário; e) alavancagem muito baixa, devido às antigas regras de compulsórios do Banco Central; f) elevadas reservas internacionais; g) nível elevadíssimo de juros, que desestimulou a geração de bolhas e outras aventuras financeiras locais.

A crise atingiu menos o Brasil, mas não resolveu seus verdadeiros defeitos estruturais, que são responsáveis pelo crescimento brasileiro de 2,46% ao ano entre 1980 e 2008, enquanto o mundo crescia a 3,33% no mesmo período. Esses defeitos atravessaram a crise incólumes e continuam a retardar nosso crescimento. Sem ordená-los por importância e impacto, alguns desses defeitos são: a) um Estado que tem quase o dobro do tamanho de seus equivalentes em países com rendas *per capita* semelhantes, e que continua crescendo; b) risco de um equilíbrio fiscal instável, em face do crescimento do consumo do governo ao dobro da taxa de crescimento

do PIB nos últimos sete-oito anos, conjugado com uma queda de receitas, fruto da crise internacional; c) crescente complexidade e interferência das regulações do governo, em alguns casos efetivamente dificultando a realização de investimentos privados; d) infraestrutura em decadência, acoplada ao baixo investimento público no setor; e) um dos piores ensinos básicos do mundo.

Os professores da Fundação Getúlio Vargas Samuel de Abreu Pessôa, Fernando de Holanda Barbosa Filho e Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa assinam o capítulo 9. Eles fazem uma análise ampla e bem fundamentada dos impactos da crise na economia do Brasil. Depois de oferecer uma visão geral da economia brasileira a partir da crise da dívida externa e da alta inflação dos anos 1980, o trabalho está dividido em quatro seções adicionais. Apresenta inicialmente a dinâmica macroeconômica da economia brasileira no período imediatamente anterior à crise, de 1994 até 2008, dividido em dois subperíodos e em função do calendário político: 1994 a 2002 e 2003 até setembro de 2008. A terceira seção mostra o comportamento da economia após a crise, de setembro de 2008 até os dias de hoje. A quarta seção compara a reação da economia brasileira à crise de agora com três outros episódios anteriores. A quinta seção apresenta o conjunto de medidas de política econômica que foram tomadas em seguida à crise atual. O capítulo termina com a apresentação das principais características da economia brasileira que condicionam as condições de crescimento para o médio prazo.

Depois de uma detalhada análise das variáveis macroeconômicas, os autores, na parte final do capítulo, concluem que a economia brasileira apresenta duas características que indicam que o ciclo de crescimento recente, apesar de se beneficiar do ciclo de expansão da economia mundial, tem sólidas bases domésticas. A primeira é que o crescimento no período 2003–2008 foi acompanhado de uma expansão da produtividade total dos fatores que contribuiu com 42,6% do crescimento do produto no período. A segunda é que o forte crescimento dos preços internacionais das *commodities* não redundou em elevações muito expressivas dos termos de troca. Esses ganhos se concentraram apenas no primeiro semestre de 2008 e foram relativamente modestos, da ordem de 10%. Assim, é perfeitamente

possível imaginar que a economia tem potencial para crescer 4,5% ou 5% de forma sustentável. Nesses termos, a grande dúvida dos autores é se a economia conseguirá financiar o investimento. Haverá poupança? O maior limitador do crescimento da economia brasileira hoje parece ser a baixíssima taxa de poupança doméstica. Em geral, há forte correlação entre poupança doméstica e crescimento. Um canal sugerido pela teoria é que o crescimento causa a elevação da poupança. O crescimento eleva a renda da população ativa, que poupa para a aposentadoria no futuro. Já os atuais aposentados despouparam em função de uma riqueza que foi acumulada quando a renda era muito menor. Assim, o crescimento eleva a poupança dos ativos sem elevar a despoupança dos inativos. No entanto, o Brasil apresenta uma série de características institucionais que têm elevado o valor do benefício da aposentadoria, para inúmeros trabalhadores, mais do que os salários da ativa. Além disso, todos os funcionários públicos têm aposentadoria integral, com o benefício acompanhando o salário dos ativos. Assim, uma elevação da renda, fruto de uma elevação da taxa de crescimento, não redundará em elevação da poupança. Concluem os autores que a retomada da economia brasileira depende da capacidade de financiamento externo. Tudo leva a crer que, para crescer, o país terá que conviver com déficits externos elevados e persistentes. A pergunta que se apresenta é se é viável a economia apresentar déficits de 3-4% do PIB por muitos anos. Os autores supõem que a resposta seja afirmativa, mas alertam que a literatura econômica a respeito não é conclusiva.

O livro termina com a análise de José Luís Oreiro e Eliane Araújo sobre o comportamento do Banco Central do Brasil durante a crise. Os autores argumentam que o Banco Central cometeu uma série de erros na condução da política monetária no último trimestre de 2008. Esses erros se originaram da desconsideração da natureza essencialmente financeira da crise que se abateu sobre a economia brasileira e da desconsideração do “canal do crédito” por parte dos modelos de previsão do Banco Central. Nesse contexto, a autoridade monetária foi levada a subestimar os impactos da crise econômica mundial sobre o nível de atividade produtiva e a superestimar os riscos de uma aceleração da inflação devido ao repasse do câmbio para os preços. A manutenção da taxa básica de juros em 13,75%

ao ano nas reuniões de outubro e dezembro do Copom impossibilitou que a autoridade monetária compatibilizasse o objetivo de garantir a estabilidade da taxa nominal de câmbio por intermédio de operações de venda de dólares no mercado à vista, com o objetivo de restaurar a liquidez do sistema bancário como um todo. A solução encontrada para o dilema foi a liberação parcial dos depósitos compulsórios, o que, contudo, não foi eficaz no que diz respeito a restaurar as reservas do sistema bancário aos níveis prevaletentes antes da crise. Em janeiro de 2009, o Banco Central do Brasil finalmente se rendeu às evidências e iniciou um ciclo de redução gradual da taxa de juros. Mas essa medida veio tarde demais e foi tímida demais. O estrago já estava feito, tendo cabido à política fiscal, via redução temporária de impostos indiretos e redução da meta de superávit primário, a função de estabilizar o nível de atividade econômica. No final do primeiro semestre de 2009, a economia brasileira começou a apresentar os primeiros sinais de recuperação, apesar dos equívocos cometidos na gestão da política monetária. Isso é demonstrado através de uma cuidadosa análise econométrica, que não torna o texto incompreensível como é comum se ver nos trabalhos de economistas ortodoxos.

Luiz Carlos Bresser-Pereira